



ESCOLA DE APERFEIÇOAMENTO DE OFICIAIS

CAP INT LEANDRO CARVALHO GOUVÊA

**OPERAÇÕES E COORDENAÇÃO DOS ÓRGÃOS DE SEGURANÇA
PÚBLICA (OSP): A IMPORTÂNCIA NA PARTICIPAÇÃO DO EXÉRCITO
BRASILEIRO NAS OPERAÇÕES INTERAGÊNCIAS.**

**Rio de Janeiro
2020**



ESCOLA DE APERFEIÇOAMENTO DE OFICIAIS

CAP INT LEANDRO CARVALHO GOUVÊA

**OPERAÇÕES E COORDENAÇÃO DOS ÓRGÃOS DE SEGURANÇA
PÚBLICA (OSP): A IMPORTÂNCIA NA PARTICIPAÇÃO DO EXÉRCITO
BRASILEIRO NAS OPERAÇÕES INTERAGÊNCIAS.**

Artigo Científico apresentado à Escola de Aperfeiçoamento de Oficiais, como requisito para a especialização em Ciências Militares com ênfase em Gestão Operacional

**Rio de Janeiro
2020**



**MINISTÉRIO DA DEFESA
EXÉRCITO BRASILEIRO
DECEx - DESMil
ESCOLA DE APERFEIÇOAMENTO DE OFICIAIS (EsAO/1919)**

DIVISÃO DE ENSINO / SEÇÃO DE PÓS-GRADUAÇÃO

FOLHA DE APROVAÇÃO

Autor: Cap Int LEANDRO CARVALHO GOUVÊA

Título: OPERAÇÕES E COORDENAÇÃO DOS OSP: A IMPORTÂNCIA NA PARTICIPAÇÃO DO EXÉRCITO BRASILEIRO NAS OPERAÇÕES INTERAGÊNCIAS.

Trabalho Acadêmico, apresentado à Escola de Aperfeiçoamento de Oficiais, como requisito parcial para a obtenção da especialização em Ciências Militares, com ênfase em Gestão Operacional, pós-graduação universitária lato sensu.

APROVADO EM ____/____/____ CONCEITO: _____

BANCA EXAMINADORA

Membro	Menção atribuída
EMERSON RODRIGUES DA SILVA – TC Cmt C Log e Presidente da Comissão	
JOSÉ WELLINGTON ALVES DA SILVA JÚNIOR – Cap 2º Membro/Orientador	
ERLYTON TRINDADE TOMAZ – Cap 3º Membro	

LEANDRO CARVALHO GOUVÊA – Cap
Aluno

OPERAÇÕES E COORDENAÇÃO DOS OSP: A IMPORTÂNCIA NA PARTICIPAÇÃO DO EXÉRCITO BRASILEIRO NAS OPERAÇÕES INTERAGÊNCIAS.

Leandro Carvalho Gouvêa*

José Wellington Alves Da Silva Júnior**

Resumo

A participação do Exército Brasileiro (EB) nas Operações Interagências é de suma importância para o adestramento, preparo e emprego da força terrestre. Diante desta afirmação, este trabalho apresentará definições e conceitos de termos utilizados no tema. Bem como, análises e contextualizações de pontos de vista no cenário atual. Serão evidenciados quais são os impactos em estar em constante emprego real e as consequências nos “*modus operandi*” e modernização dos materiais de emprego militar. Serão relacionados também, o emprego do EB em ações subsidiárias que podem contribuir na missão principal das Forças Armadas, razão de existir da Instituição. Como resultado, será verificado que os pontos de vista de diversos autores e alguns trabalhos corroboram com escopo deste artigo. Concluindo, dessa forma, com perspectiva do autor deste trabalho.

Palavras-chave: Exército Brasileiro, emprego, preparo, Operações Interagências.

Abstract

The participation of the Brazilian Army (EB) in Interagency Operations is of paramount importance for the training, preparation and use of ground force. In view of this statement, this work will present definitions and concepts of terms used in the theme. As well as, analysis and contextualization of points of view in the current scenario. It will be made clear what are the impacts of being in constant real employment and the consequences on the “*modus operandi*” and modernization of military employment materials. The use of EB in subsidiary actions that may contribute to the main mission of the Armed Forces will also be related, which is the reason for the Institution's existence. As a result, it will be verified that the points of view of several authors and some works corroborate the scope of this article. Concluding in this way with the perspective of the author of this work.

Keywords: Brazilian Army, employment, preparation, Interagency Operations..

*Capitão do Serviço de Intendência. Bacharel em Ciências Militares pela Academia Militar das Agulhas Negras (AMAN) em 2010.

**Capitão do Quadro de Material Bélico. Bacharel em Ciências Militares pela Academia Militar das Agulhas Negras (AMAN) em 2007. Pós-graduado em Ciências Militares pela Escola de Aperfeiçoamento de Oficiais (EsAO) em 2017.

1. INTRODUÇÃO

A missão do Exército Brasileiro (EB) é contribuir para a garantia da soberania nacional, dos poderes constitucionais, da lei e da ordem, salvaguardando os interesses nacionais e cooperando com o desenvolvimento nacional e o bem-estar social. Para isso, prepara a Força Terrestre, mantendo-a em permanente estado de prontidão. (EXÉRCITO BRASILEIRO, 2020)

Dentro de um novo cenário, as gerações atuais do EB têm sido empregadas diversas vezes em Operações Subsidiárias previstas na Lei Complementar nº 97, de 9 de julho de 1999. No Art. 17 desta Lei, são definidas as inúmeras atribuições inerentes as Forças Armadas no contexto das Operações Subsidiárias. Esta legislação complementa e exemplifica as missões já previstas na Constituição Federal, no seu Art. 142.

O Exército Brasileiro quando empregado como Força Terrestre tem, dentro das diversas missões, uma árdua missão de defender as fronteiras terrestres do país. É sabido que os limites geográficos do Brasil são imensos, sendo assim um grande desafio dominá-los e controlá-los. Este desafio é de grande valia e preponderante para a garantia da soberania de um país.

As missões subsidiárias quando exercidas em momentos de “não guerra” tem sua importância no adestramento da tropa, na legitimidade junto à população brasileira e na captação de recursos para renovação e manutenção dos materiais de emprego militar.

Além do mais, o emprego em ações subsidiárias junto com as outras agências, principalmente os Órgãos de Segurança Pública (OSP), contribui sobremaneira na missão das Forças Armadas. Ainda mais, quando essas missões são exercidas nas fronteiras de um país como é o caso do Brasil.

Neste ponto, pode-se afirmar que a participação do Exército em operações integradas com OSP e, em algumas situações, combatendo no campo da segurança pública, aumenta expectativa de êxito no nível do conflito no campo da segurança externa, razão de existir de uma Força Armada.

Um exemplo claro da aplicação desse enfoque, foi nos anos de 2014 e 2016, no Brasil, quando o país passou por dois grandes desafios no tocante à organização esportiva de nível mundial, a Copa do Mundo de Futebol e as Olimpíadas. Estes grandes eventos não só envolveram atividades no meio esportivo, como também na área da Segurança.

Quanto ao aspecto da Segurança pode-se observar o emprego não somente dos OSP, como também na atuação das Forças Armadas. Pois o sucesso dos eventos da parte esportiva muito se deve à coordenação, preparação e execução dos agentes responsáveis por proporcionar segurança, sensação de tranquilidade.

Este trabalho científico terá como escopo a importância das Operações Interagências, principalmente, o trato com os Órgãos de Segurança Pública nos combates que visam assegurar a sensação de segurança no país. Outro objetivo do trabalho é apresentar alguns aspectos de relevância em se planejar e operar com outros agentes da segurança pública nas fronteiras terrestres do Brasil, como por exemplo: o SISFRON e a Operação Agata, apontando seus aspectos positivos.

1.1 PROBLEMA

A participação do Exército Brasileiro nas Operações Interagências é de suma importância para o adestramento, preparo e emprego da força terrestre. O emprego constante, reflete no aprimoramento atualizado dos “*modus operandi*”, na doutrina e no acompanhamento das evoluções tecnológicas.

O exército trabalhando junto com os Órgãos de Segurança Pública aumenta a coesão do Estado Brasileiro na inter-relação das suas Instituições Permanentes. Não se pode negar que diante das operações reais o adestramento é muito mais eficaz e efetivo do que em exercícios simulados dentro dos ambientes controlados. O ganho é duplo, tanto na operacionalidade da tropa, quanto na utilização de equipamentos e materiais de emprego militar.

Dessa forma, o trabalho se baseará nessas premissas, chegando ao seguinte problema de pesquisa:

Trabalhando com outras agências, o Exército Brasileiro conseguirá melhorar a eficiência na Defesa da Soberania da Pátria?

1.2 OBJETIVOS

OBJETIVO GERAL

Analisar como as diversas participações do Exército Brasileiro nas Operações Interagências podem influenciar na melhoria da eficiência da Instituição no cumprimento de suas missões.

OBJETIVOS ESPECÍFICOS

- a) Definir as missões do Exército Brasileiro conforme as legislações vigentes;
- b) Contextualizar o emprego da EB nas conjunturas atuais e seus reflexos;
- c) Apresentar os aspectos positivos em se trabalhar em Operações Interagências, tanto na fase de planejamento, quanto na execução propriamente dita.

1.3 JUSTIFICATIVAS

Analisando o emprego e a existência do Exército Brasileiro (EB) nos dias atuais, encontram-se algumas linhas de pensamento que questionam a necessidade do Estado Brasileiro manter uma Força Armada que tem como objetivo “a guerra”, se o Brasil não se envolve em conflitos armados com outras nações faz tempo.

Para este questionamento, será defendida a importância em se ter um exército sempre ativo, adestrado e preparado para os desafios que surgirão com as evoluções dos acontecimentos.

Este trabalho visa apresentar aspectos relevantes no combate em Operações Subsidiárias, mostrando a importância e as consequências em se trabalhar com outras agências. A Soberania do país deve ser combatida com armas quando preciso, no entanto nos dias atuais, com o apoio de outros atores importantes (OSP), essa missão é facilitada quando se tem uma interação permanente entre instituições envolvidas no campo da segurança de um país.

O cenário atual dos conflitos armados é complexo, dinâmico e de Amplo Espectro. Atualmente, o local dos combates não é bem definido, pois eles podem ocorrer nos perímetros urbanos, como em ambientes afastados desses grandes centros.

Dentro desse entendimento, serão analisados pontos vista e vivências reais que possam contribuir e ratificar a relevância do emprego da Força Terrestre em estar operando em missões subsidiárias, a fim de manterem as tropas sempre em prontidão e em consonância com os atuais conflitos armados.

Por meio deste estudo, pretende-se contribuir com o Exército Brasileiro em reflexões e lições aprendidas para futuras tomadas de decisões no tocante utilização do EB em missões subsidiárias.

Desta forma, busca-se, neste trabalho, salientar a importância desse assunto, pois mantendo o EB em constante emprego em missões reais, trabalhando de maneira coesa com Instituições Permanentes de Estado, pode-se extrair ensinamentos, recursos, legitimidade junto à população e resultados significantes para o objetivo mais importante e razão de existir de um exército: o aspecto segurança externa e Garantia da Soberania Nacional.

2. METODOLOGIA

O presente artigo abordará análises do preparo e do emprego do Exército Brasileiro em Operações Interagências, visto que este tipo de operação é definida como Missão Subsidiária das Forças Armadas. Neste sentido, serão contextualizadas essas operações do momento atual dos conflitos. Essas operações serão inseridas no contexto da segurança no campo externo (conflitos entre nações), quanto no campo da segurança integrada (combates aos “atores perturbadores da Ordem Pública”).

Estas análises serão feitas por meio de pesquisas qualitativas, pois serão coletadas informações que não buscam apenas uma percepção do assunto aqui abordado, mas descrevê-lo, usando impressões, opiniões e pontos de vista de outros autores.

Além do mais, será utilizado o instrumento questionário com abordagem qualitativa. Com objetivo de se extrair pontos de vistas mais detalhados de alguns militares que têm ampla experiência no tocante ao tema deste trabalho.

Para isso, foi elaborado um questionário com 8 (oito) perguntas abertas e selecionado os militares que desempenharam funções de comandantes de frações operacionais na faixa de fronteira do país. O instrumento de pesquisa foi enviado para os militares e estes puderam contribuir com suas opiniões, experiências vividas e pontos de vista críticos quanto ao assunto.

Para atingir os objetivos propostos e devido à complexidade do tema, será contextualizado e faseado a linha de raciocínio, tentando, desta forma, construir o conhecimento gradativo.

Inúmeros são os estudos relacionados a esse assunto, isto prova que o momento atual faz-se a necessidade de uma reflexão que impõe uma nova visão dos conflitos armados. Pois, nos combates contemporâneo estão sendo verificados

“novos atores”, mais complexos, mais dinâmicos e que deverão ser combatidos com mais inteligência.

O presente trabalho focará nas ações do Exército Brasileiro operando com outras agências. Mas o objetivo da análise dessas operações é constatar a importância para a Força Terrestre estar constantemente empregando sua tropa e mantendo sua situação de prontidão.

Este trabalho conduzirá de forma didática a análise do emprego do EB em Missões Subsidiárias. Serão abordados alguns conceitos, algumas explicações de alguns termos utilizados nos dias atuais, contextualizando o leitor. Serão, também, descritas algumas situações reais do preparo e emprego que o autor deste trabalho presenciou ou ouviu relatos de companheiros que participaram de operações com elementos externos ao Exército Brasileiro. Estes assuntos serão esmiuçados na revisão da literatura e no item resultado e discussão.

2.1 REVISÃO DA LITERATURA

O Exército Brasileiro tem como missões as previstas na Constituição Federal de 1988, em seu artigo 142 e as da Lei Complementar nº 97, de 9 de julho de 1999. Elas estabelecem as normas gerais adotadas na organização, no preparo e no emprego das Forças Armadas.

O artigo 142, da Constituição Federal traz a seguinte redação:

Art. 142. As Forças Armadas, constituídas pela Marinha, pelo Exército e pela Aeronáutica são instituições nacionais permanentes e regulares, organizadas com base na hierarquia e na disciplina, sob a autoridade suprema do Presidente da República, **e destinam-se à defesa da Pátria, à garantia dos poderes constitucionais e, por iniciativa de qualquer destes, da lei e da ordem.**(CONSTITUIÇÃO FEDERAL,1988)

Na Lei Complementar (LC) nº 97, que foi alterada pela LC nº 117, de 2 de setembro de 2004, tem em sua redação do artigo 16, atribuições subsidiária geral que cabe às Forças Armadas, a saber: **“Art. 16. Cabe às Forças Armadas, como atribuição subsidiária geral, cooperar com o desenvolvimento nacional e a defesa civil, na forma determinada pelo Presidente da República”.**

Já no **artigo 17, alínea A**, desta mesma Lei Complementar, tem em sua redação o seguinte texto:

I – contribuir para a formulação e condução de políticas nacionais que digam respeito ao Poder Militar Terrestre;

II – cooperar com órgãos públicos federais, estaduais e municipais e, excepcionalmente, com empresas privadas, na execução de obras e serviços de engenharia, sendo os recursos advindos do órgão solicitante;

III – cooperar com órgãos federais, quando se fizer necessário, na repressão aos delitos de repercussão nacional e internacional, no território nacional, na forma de apoio logístico, de inteligência, de comunicações e de instrução;

IV – atuar, por meio de ações preventivas e repressivas, na faixa de fronteira terrestre, contra delitos transfronteiriços e ambientais, isoladamente ou em coordenação com outros órgãos do Poder Executivo, executando, dentre outras, as ações de:

a) patrulhamento;

b) revista de pessoas, de veículos terrestres, de embarcações e de aeronaves;

c) prisões em flagrante delito.(LEI COMPLEMENTAR N° 97, 1999)

No Art. 144 da Constituição Federal estabelece a definição de segurança pública, bem como cita os Órgãos de Segurança Pública (OSP) no Brasil, tendo em sua redação o seguinte texto:

Art. 144. A segurança pública, dever do Estado, direito e responsabilidade de todos, é exercida para a preservação da ordem pública e da incolumidade das pessoas e do patrimônio, através dos seguintes órgãos:

I - polícia federal;

II - polícia rodoviária federal;

III - polícia ferroviária federal;

IV - polícias civis;

V - polícias militares e corpos de bombeiros militares.(CONSTITUIÇÃO FEDERAL, 1988)

Após a leitura dos textos das legislações acima citadas, fica claro e bem definida a missão do Exército Brasileiro e dos OSP. No entanto, com a realidade dos conflitos atuais, estas Instituições passam a planejar, coordenar e atuar em operações denominadas de Operações Interagências.

Segundo o manual MD 33-M-12, aprovado pela Portaria Normativa nº 229/MD, de 28 de janeiro de 2013, define em seu item 1.3.3.2 a seguinte redação:

Operações interagências: interação das Forças Armadas com outras agências com a finalidade de conciliar interesses e coordenar esforços para a consecução de objetivos ou propósitos convergentes que atendam ao bem comum, evitando a duplicidade de ações, a dispersão de recursos e a divergência de soluções com eficiência, eficácia, efetividade e menores custos.(MANUAL MD 33-M12, 2013)

No item 1.3.3.1, desse mesmo manual do MD, tem-se a seguinte definição de agência: “**Agência:** organização ou instituição com estrutura e competência formalmente constituídas, podendo ser governamental ou não, militar ou civil, nacional ou internacional.”

Segundo o trabalho, “Desafios Contemporâneos para o Exército Brasileiro” – 2019, do Instituto de Pesquisa Econômica e Aplicada (IPEA) define bem os diversos níveis de segurança e em quais o Exército Brasileiro se insere, vejamos a seguir:

A primeira delas é a da segurança internacional, que, para o presente trabalho, refere-se ao tabuleiro internacional e a dinâmica estratégica entre comunidades e atores políticos. Trata-se de uma definição mais restritiva de um conceito amplamente debatido. Insere-se, portanto, nas relações de poder, e é tradicionalmente a área de atuação das Forças Armadas, correspondendo ao exercício da soberania no campo externo.

O segundo campo é o da segurança integrada. Tal área refere-se à preservação institucional do próprio Estado e de sua capacidade de fazer imperar a lei. Esse é o nível da intersecção entre os ambientes doméstico e internacional e possui como escopo central a manutenção da existência das instituições estatais. É a área de atuação de agências de inteligência, de polícias federais e de forças intermediárias ou híbridas – que possuem capacidades coercitivas entre forças policiais e Forças Armadas, tais como: guardas costeiras, polícias de fronteiras, guardas nacionais e gendarmarias. Há também espaço para a atuação das Forças Armadas ou órgãos policiais cooperativamente, muito embora apenas sob o objeto referente da preservação da integridade das instituições estatais e, em especial, no compartilhamento de inteligência e de frente ao risco existencial ao próprio Estado.

O campo da segurança pública, que se refere ao próprio império da lei e a manutenção da ordem pública. No campo do aparato coercitivo, é tradicionalmente área de atuação das polícias, mas que também compartilha a atuação de outros atores importantes, como o Ministério Público, o Poder Judiciário e até mesmo estruturas do sistema penitenciário do país. Para as agências de segurança que nele atuam, a área corresponde ao exercício da soberania interna e da manutenção da lei e da ordem.(IPEA,2019)

Segundo o Vice-Almirante Luiz Henrique Caroli, Subchefe de Operações do Estado Maior Conjunto das Forças Armadas(2014), em entrevista ao jornal Rede Brasil Atual, no dia 06 de fevereiro de 2014, definiu o termo melhor empregado para caracterizar uma “força oponente” nos dias atuais, dentro do contexto interno do Brasil.

De acordo com Oficial General da Marinha do Brasil, a expressão que melhor define os “novos atores” é “**agentes de perturbação da lei e da ordem**, pois desta forma, conceitua sem qualquer discriminação de quais pessoas, grupos ou organizações se encaixam nessa definição, inclusive não se distinguindo a que nação pertence.”

Após a explanação de definições, conceitos e missões de algumas Instituições inseridas nos combates da atualidade, serão analisadas algumas operações importantes, onde esses agentes acima citados se interagem. Busca-se

focar no preparo, no emprego do Exército Brasileiro e também, como o trabalho com as outras agências ocorre harmonicamente.

Como exemplo de Operações Interagências serão citadas e definidas dois exemplos desse tipo de operação: a Operação Ágata e o Sistema Integrado de Monitoramento de Fronteiras (SISFRON).

A Operação Ágata, desde 2011, tem como objetivo a repressão ao crime organizado na faixa de fronteira e a intensificação da presença do Estado. Ela ocorre anualmente nos quase 17 mil quilômetros de fronteira terrestre, seu foco é combater os delitos transfronteiriços e ambientais tais como: narcotráfico, contrabando e descaminho, tráfico de armas e munições, crimes ambientais, imigração e garimpo ilegais. (MINISTÉRIO DA DEFESA, 2020)

O Sistema Integrado de Monitoramento de Fronteiras (SISFRON) é o programa que tem como objetivo desenvolver uma grande estrutura militar e civil, de forma integrada, a fim de estabelecer **a defesa, segurança e o desenvolvimento** da fronteira terrestre do Brasil. O projeto piloto do SISFRON emprega tecnologia de ponta, com sistemas de vigilância com equipamentos modernos de radares, softwares, sensores, comandos de controle fixos e móveis, armamentos, binóculos de visão termal, além de uma estrutura integrada de comunicação estratégica. A estrutura permite que as informações captadas pelos postos de vigilância cheguem em tempo real nos centros de operações, sejam interpretadas e usadas como suporte para a tomada de decisão. (MINISTÉRIO DA DEFESA, 2020)

Como resultado da participação do Exército Brasileiro na segurança dos Grandes Eventos, temos um rol de aspectos positivo, conforme o trabalho de título Participação do Exército na Segurança de Grandes Eventos “O Legado”, desenvolvido pelo Comando de Operações Terrestre (COTER). Como a citação a seguir:

a) O desenvolvimento de capacidades e processos para cumprir missões em ambiente interagências e sem comando centralizado. Uma das soluções encontradas para ficar em condições de cumprir missões nesse ambiente foi a elaboração conjunta de protocolos de atuação, antecipando e ajustando situações que poderiam ocorrer em ambiente de crise;

b) A possibilidade de aquisição de grande quantidade de bens e serviços, os quais melhoraram, consideravelmente, a capacidade de atuação do Exército;

c) A implementação de novos sistemas e equipamentos, com agregação de novas capacidades para a execução das operações. Quatro eixos de atuação merecem destaque nesse aspecto:

d) O Comando e Controle, a implantação dos sistemas rádio digital centralizado, a aquisição de viaturas equipadas especificamente para

as atividades de comando e controle e a plena implementação de sistemas como o Pacificador, passou a assegurar ao comandante da operação uma consciência situacional muito próxima da realidade e a capacidade efetiva de receber e transmitir, tempestivamente, informações e ordens;

e) A DQBRN aumentou, em muito, sua capacidade para evitar a contaminação, proteger e descontaminar. Os equipamentos adquiridos, os treinamentos realizados e o trabalho interagências colocaram o Exército em uma clara posição de liderança dentro do assunto;

f) O Contraterror, também em vista do material adquirido e dos vários exercícios realizados com os OSP e outras agências civis, desenvolveu sólida capacidade de atuar em operações de enfrentamento ao terrorismo, inclusive coordenando a atuação de outros órgãos de segurança pública. Os treinamentos e o planejamento conduzidos pelo EB geraram um grande reconhecimento dos OSP quanto à capacidade do Exército liderar tais operações;

g) Quanto à Defesa Cibernética, o período de tempo compreendido entre os Grandes Eventos aqui estudados coincide com um grande avanço na área, com destaque para a criação do Comando de Defesa Cibernética. A possibilidade de agentes perturbadores da ordem (incluindo hackers situados em qualquer parte do mundo) prejudicarem a segurança, e o evento propriamente dito, e a oportunidade de busca de conhecimentos em aberto, no espaço cibernético, levaram à necessidade de implementar a atividade de Defesa Cibernética. Os recursos financeiros colocados à disposição da atividade permitiram um grande avanço nesse campo.”(COTER,2018)

Outra visão que corrobora com emprego das Forças Armadas em missões subsidiárias é do Ten Cel Rodrigo de Lima Gonçalves, que no seu artigo cujo o título “Instituição de Estado: flexibilidade e análise judiciosa em seu emprego” cita as seguintes frases:

As Forças Armadas – Marinha, Exército e Força Aérea –, baseadas em uma visão de futuro, mantêm-se atualizadas e ajustadas às suas missões e desenvolvem processos de transformação e racionalização, com o objetivo de preservar a operacionalidade. Elas atingem esse estado por meio de ações operacionais clássicas ;de preparação para o combate - multidimensional e de amplo espectro; e de ações subsidiárias, em parceria com ministérios e outros níveis de governo, além do federal, com foco no cumprimento do dever.

O emprego das Forças Armadas será sempre adequado, flexível e disponível, necessitando de investimentos em recursos e garantias por parte do Estado, para que possam se manter atualizadas e operativas. Desse modo, poderão cumprir suas missões e atingir o seu estado final desejado: o de continuar a ser instituições de Estado.(GONÇALVES,2014)

O ponto de vista de que cumprindo missões subsidiárias, também contribuimos para a missão principal do EB, fica evidenciada nas citações do Cel Swami de Holanda Fontes em seu artigo intitulado de “Militares: o peso da espada”:

As últimas pesquisas de opinião indicam que o Exército Brasileiro conta com mais de 80 % de confiança da população. As pessoas reconhecem sua contribuição para a manutenção da integridade territorial e sua importância para o desenvolvimento, a soberania nacional e a defesa da Pátria.

No âmbito nacional, há dezenas de operações em andamento, diariamente, por toda a faixa de fronteira, a fim de contribuir para a manutenção da soberania do Estado brasileiro nas áreas limdeiras e de cooperar com as ações dos diversos órgãos de segurança pública no combate aos ilícitos transfronteiriços e ambientais.(FONTES,2014)

2.2 COLETA DE DADOS

Serão coletados dados de diversas fontes para que as mesmas possam ser analisadas, contextualizadas e comparadas. Será utilizado também o instrumento questionário para se extrair pontos de vista de militares com experiência no tema do trabalho.

As perguntas foram elaboradas com a finalidade de buscar o maior detalhe possível na resposta do militar. Os questionamentos foram feitos através de perguntas abertas, com intuito de não direcionar para um ponto de vista específico. Buscando assim, uma abordagem qualitativa na condução da pesquisa do trabalho.

Os militares escolhidos para responder os questionamentos foram selecionados pelos seguintes critérios: Experiência vivida no tocante ao assunto, função que desempenhou nas OM e locais onde serviram e vivenciaram essas experiências.

Como resultado da avaliação desses critérios, chegou-se a seleção de 6 (seis) militares, todos eles comandantes de frações operacionais em suas Organizações Militares, que serviram nos mesmos locais e nos mesmos períodos do autor deste artigo. Essa escolha foi determinante para que se tivesse certeza das informações coletadas fossem fidedignas, reais e que se pudessem detalhar melhor as opiniões dos escolhidos. Pois através dessas opiniões e pontos de vista serão analisadas e confrontadas com as ideias de outros autores de trabalhos semelhante a este.

A população a ser estudada e analisada será os escolhidos para responder os questionamentos e os autores de trabalhos que tenham assuntos semelhantes aos desenvolvidos neste artigo.

3. RESULTADOS E DISCUSSÃO

Diante das definições, conceitos, ponto de vistas de outros autores, das experiências vividas relatadas na revisão da literatura deste artigo e das respostas

dos questionamentos, pode-se verificar a importância no desenvolvimento do trabalho do Exército Brasileiro com OSP. Portanto, neste item do artigo científico serão analisadas as informações e mostrado o resultado do objetivo que se deseja atingir

Inicia-se a análise citando a Operação Ágata. Pois seu preparo, sua coordenação e sua execução é complexa, tendo em vista a participação integrada, de militares das Forças Armadas e agentes de segurança pública nos níveis federal, estadual e municipal(Polícia Federal, Polícia Rodoviária Federal, Força Nacional de Segurança Pública e órgãos de segurança dos estados das regiões de fronteira). Além da participação das agências de Estado como: Agência Brasileira de Inteligência (Abin), Ibama, Funai, Receita Federal.

Nos anos de 2011 a 2013, por experiência vivida pelo autor deste trabalho, na cidade de São Gabriel-RS, servindo no 9º Regimento de Cavalaria Blindado, foi observado que a unidade recebeu, nestes 3 (três) anos ali vivenciados, um valor considerado de recurso por parte do Comando do Exército a fim de adestrar e preparar a tropa para execução das diversas missões acima citadas da Operação Ágata. Os recursos foram empregados em despesas de custeio e de capital, aumentando ainda mais a capacidade de combate do Regimento, que estava na linha de frente cumprindo as missões subsidiárias do EB em apoio aos OSP e as Agências de Estado.

As operações eram desenvolvidas dentro do conceito de Operações Interagências, pois o efetivo dos OSP não são suficientes para as demandas dos acontecimentos de uma cidade localizada na fronteira do país. As trocas de experiências em operar com outros agentes externos ao Exército e as novas aquisições de materiais para esta atividade foram fatos observados de forma positiva. O Regimento teve oportunidade de adquirir materiais de patrulhamento, informática e de manobra do mais alto gabarito. Além do mais, os agentes dos OSP puderam passar técnicas de abordagem, patrulhamento e de segurança de localidade mais atuais e eficazes.

Outra análise que será feita é quanto ao Sistema Integrado de Monitoramento de Fronteiras (SISFRON). Semelhante com o que acontece na Operação Ágata, o SISFRON desenvolve-se, também, com o conceito de operação interagências, pois tem a participação integrada do EB com as seguintes agências: Polícia Rodoviária Federal e Polícia Federal.

Mais uma vez consegue-se observar a importância do Exército Brasileiro em estar operando com as agências acima citadas. Mostra que o adestramento, preparo e o emprego da Força Terrestre está em constante execução.

Nos anos de 2014 a 2016, este autor pode vivenciar e participar do preparo e emprego de tropa no contexto do SISFRON. Esta vivência foi na guarnição de Jardim-MS, na ocasião, foi observado a aquisição centralizada, por parte do Comando do Exército, de inúmeras viaturas Marruá, rádios, equipamentos de comunicações modernos, coletes táticos e equipamentos para controle de distúrbios, sem contar as diversas descentralizações de recursos para despesas de custeio e de capital que visavam atender com as demandas das operações que eram designadas para 4ª Cia E Cmb Mec. Os materiais recebidos pela unidade aumentaram o moral e a capacidade de combate da tropa empregada.

O emprego dos pelotões do EB nas operações integradas com os OSP locais e federais davam a expertise necessária para a conquista do êxito e para os objetivos traçados em cada missão. Os equipamentos adquiridos e utilizados eram excelentes ferramentas nos combates diários e facilitavam o acompanhamento e as tomadas de decisão das autoridades competentes. Exemplo disso, são os equipamentos de comunicações utilizados pelos militares na “ponta da linha”. Na execução de um simples ponto de bloqueio e controle de via se tinha um acompanhamento, em tempo real, do escalão superior, que ficava a 200 Km de distância da cidade de Jardim-MS, em Dourados-MS.

O Centro de Controle e Operações (CCOp) localizado na 4ª Bda C Mec (Dourados-MS) tinha imagem a todo momento do que acontecia nas operações pela câmera fixada nos capacetes dos militares empregados. Diariamente eram feitos relatórios das operações, deixando o alto comando atualizado de informações para suas tomadas de decisões e determinação de futuras ações

Uma primeira observação é que todo trabalho desenvolvido nas Operações Ágata e no programa do SISFRON tem amparo nos artigos da Constituição Federal e Lei Complementar onde são definidas as missões do EB. Sendo assim, elas estão diretamente ligadas às garantias aos poderes constitucionais, a lei e a ordem.

Outra observação é que os combates atuais são complexos e os *modus operandi* são atualizados constantemente. Isso se deve aos “novos atores” que se apresentam como agentes perturbadores da ordem pública e as evoluções dos

acontecimentos. Esses atores estão integrados a facções criminosas nacionais e internacionais.

Os crimes e os delitos cometidos por estes agentes vão de encontro à defesa da nação, a soberania do país e a garantia da lei e da ordem do Brasil. Pois os delitos, como por exemplo: narcotráfico, contrabando, descaminho, tráfico de armas, tráfico de drogas, garimpo ilegal, tráfico de pessoas, desmatamento e tráfico de animais silvestres. Sendo assim, “gatilhos” para desordem de um país, ferindo em alguns momentos a soberania, bem como, mancham a imagem de uma nação perante ao mundo em que se vive.

Para ratificar o ponto de vista deste autor, serão analisadas as respostas dos militares selecionados para o questionário realizado como instrumento de pesquisa.

Para o questionamento, se o senhor teve conhecimento se chegou em sua OM, recurso ou material específico para as missões que foram cumpridas com outras agências, foi observado que todos os militares responderam que tiveram ciência de que chegaram recursos, materiais em suas unidades e que eles foram empregados em prol das missões. Inclusive foram exemplificados alguns materiais, como por exemplo: materiais de patrulha e manobra, munições letais e não letais específicas para o emprego em GLO, equipamentos e uniformes de combate e controle de distúrbio, rádios de comunicações modernos e viaturas.

As respostas corroboram com o estudo do Ten Cel Rodrigo de Lima Gonçalves, que no seu artigo cujo título “Instituição de Estado: flexibilidade e análise judiciosa em seu emprego” cita que: “O emprego das Forças Armadas será sempre adequado, flexível e disponível, necessitando de investimentos em recursos e garantias por parte do Estado, para que possam se manter atualizadas e operativas.”

Outro trabalho que também corrobora com as respostas dos militares é Participação do Exército na Segurança de Grandes Eventos “O Legado”, desenvolvido pelo Comando de Operações Terrestre (COTER), nele pode-se extrair as seguintes citações: “b) A possibilidade de aquisição de grande quantidade de bens e serviços, os quais melhoraram, consideravelmente, a capacidade de atuação do Exército” , “c) A implementação de novos sistemas e equipamentos, com agregação de novas capacidades para a execução das operações e “...implementar

a atividade de Defesa Cibernética. Os recursos financeiros colocados à disposição da atividade permitiram um grande avanço nesse campo.”

No questionamento, se a tropa que o senhor liderou nessas missões, estava motivada. Caso a resposta seja afirmativa, quais foram os motivos, pode-se verificar mais uma vez que todos salientaram a motivação da tropa quanto ao emprego em missões reais, citando inclusive diversos motivos, como por exemplo: a oportunidade de cumprir missões de emprego real com os equipamentos e materiais novos adquiridos pelo EB.

O que pode ser ratificado pelo seguinte trecho do trabalho Participação do Exército na Segurança de Grandes Eventos “O Legado”, desenvolvido pelo Comando de Operações Terrestre (COTER): “d) O Comando e Controle, a implantação dos sistemas rádio digital centralizado, a aquisição de viaturas equipadas especificamente para as atividades de comando e controle e a plena implementação de sistemas como o Pacificador, passou a assegurar ao comandante da operação uma consciência situacional muito próxima da realidade e a capacidade efetiva de receber e transmitir, tempestivamente, informações e ordens;”

Nesta citação pode-se constatar que o fato da tropa trabalhar com materiais novos são aspectos positivos que motivam os militares no cumprimento da sua missão.

No questionamento, se o senhor como comandante de fração, acha importante o emprego do exército nesse tipo de operação para o preparo e adestramento real da tropa, nesta pergunta os militares posicionaram-se a favor do emprego do EB em Operações interagências por diversos fatores, como por exemplo: oportunidade de adestramento da tropa com os equipamentos de uso militar, desenvolvimento do espírito de corpo entre os indivíduos de uma mesma fração e desenvolver as competências atitudinais dos militares empregados.

Sendo ratificado pela seguinte citação do Ten Cel Rodrigo de Lima Gonçalves, que no seu artigo cujo título “Instituição de Estado: flexibilidade e análise judiciosa em seu emprego, afirma que: “As Forças Armadas – Marinha, Exército e Força Aérea –, baseadas em uma visão de futuro, **mantêm-se atualizadas e ajustadas às suas missões e desenvolvem processos de transformação e racionalização, com o objetivo de preservar a operacionalidade. Elas atingem esse estado por meio** de ações operacionais clássicas; **de preparação para o**

combate - multidimensional e de amplo espectro; e de ações subsidiárias, em parceria com ministérios e outros níveis de governo, além do federal, com foco no cumprimento do dever.”

No questionamento, se o senhor como comandante de fração, acha importante trabalhar com os OSP (Ex: Polícia Federal e Polícia Rodoviária Federal). Caso positivo, quais seriam os motivos. Neste questionamento foi verificado que todos os militares acham importante o emprego do EB junto com os OSP, pois foram abordados aspectos positivos neste tipo de relacionamento, como por exemplo: as trocas de informações, oportunidade de conhecer as capacidades e as possibilidades dos OSP e a oportunidade de estreitar os laços com Instituições Permanentes de Estado, aumentando ,desta forma, a coesão entre as agências.

Sendo ratificado mais uma vez pelo estudo do COTER no trabalho denominado Participação do Exército na Segurança de Grandes Eventos “O Legado”, no qual é citado o seguinte aspecto positivo: “f) O Contraterror, também em vista do material adquirido e dos vários exercícios realizados com os OSP e outras agências civis, **desenvolveu sólida capacidade de atuar em operações de enfrentamento ao terrorismo**, inclusive coordenando a atuação de outros órgãos de segurança pública.”

No questionamento, se o senhor acha que as operações interagências em regiões localizadas próxima à fronteira do país, contribui com o EB em sua missão Institucional (Defesa da Pátria, Garantia da Soberania Nacional, Garantia da Lei e da Ordem, se possível, dê sua opinião. Para esse questionamento os militares responderam que concordam com as operações interagências nas regiões de fronteira contribuam com a missão institucional do EB, pois a faixa de fronteira é uma região importante no tocante a soberania nacional e com o apoio dos OSP pode-se obter mais eficiência no cumprimento dessas missões.

Pode-se observar no trabalho do Cel Swami de Holanda Fontes em seu artigo intitulado de “Militares: o peso da espada”, que essas ideias ficam claras no seguinte trecho: “No âmbito nacional, há dezenas de operações em andamento, diariamente, por toda a faixa de fronteira, a fim de contribuir para a manutenção da soberania do Estado brasileiro nas áreas lindeiras e de cooperar com as ações dos diversos órgãos de segurança pública no combate aos ilícitos transfronteiriços e ambientais.”

O que também se constata no mesmo trabalho como um aspecto muito relevante nos combates atuais é a oportunidade de se desenvolver a legitimidade do EB perante a sociedade brasileira, observado no seguinte trecho: “As últimas pesquisas de opinião indicam que o Exército Brasileiro conta com mais de 80 % de confiança da população. As pessoas reconhecem sua contribuição para a manutenção da integridade territorial e sua importância para o desenvolvimento, a soberania nacional e a defesa da Pátria.”

No questionamento, se caso o senhor tenha algum a mais para relatar, deixe sua contribuição nas linhas abaixo. Foi respondido que as operações que envolvem OSP são muito importantes para o adestramento da tropa e motivam os militares na execução da atividade fim. Outra ideia, foi que devido a grande extensão da faixa de fronteira terrestre brasileira, é extremamente importante o desenvolvimento de Operações Interagências, a fim de minimizar as limitações referentes a pessoal e maximizar a alimentação do sistema de inteligência das partes envolvidas.

Analisando as respostas dos militares selecionados com trechos de alguns trabalhos citados no item revisão bibliográfica deste artigo, são verificadas semelhanças em suas narrativas. Os pontos de vista corroboram-se e muitas das vezes se completam. Pode-se observar também que, os militares da pesquisa por meio do questionário passaram impressões e opiniões em níveis mais tático e operacional, isso se deve ao público alvo serem de tenentes e capitães.

Já as citações dos autores, são opiniões e pontos de vistas mais político e estratégico quanto ao emprego do EB, haja vista que os trabalhos foram desenvolvidos por militares no universo dos oficiais gerais, superiores e civis estudiosos do assunto, que por seu tempo de vida mostram uma visão mais ampla sobre o conteúdo abordado.

No entanto, as ideias chaves e as opiniões estão alinhadas principalmente quando afirmam a importância no adestramento da tropa, oportunidade de conseguir recursos para utilização do EB e de se adquirir materiais de uso militar. Sem que seja esquecido os valores da instituição, a razão de existir das Forças Armadas e suas missões constitucionais bem definidas.

Os grandes eventos como a Copa do Mundo de futebol de 2014 e a Olimpíadas 2016 têm uma enorme relevância na imagem de um país, não somente pela organização esportiva, mas também, como verificação da eficácia e eficiência

da segurança externa e interna do país sede. Pois crimes e delitos cometidos muitas vezes nas regiões de fronteira do Brasil refletem demais nas crescentes ondas de violências das grandes cidades. O crime organizado das capitais dos estados brasileiros é abastecido pelos delitos originados na longa fronteira do país.

Para o Exército Brasileiro, esse emprego em operações subsidiárias de interações tem seu valor e importância, pois ele busca fazer seu papel de Instituição Permanente de Estado. Aumentando assim, sua legitimidade junto à população de seu país, mantém sua tropa em constante adestramento, emprego real e dentro do possível, utiliza os recursos recebidos da União para atualizar seus equipamentos de emprego militar e seus meios tecnológicos.

Dizer que o Brasil é um país que vive em tempos de paz, não quer dizer que em algum momento a situação não possa evoluir para momentos de conflitos armados. Não se pode dar oportunidade para que na evolução dos acontecimentos, onde se necessite do emprego das Forças Armadas (FFAA), o Exército de seu país não esteja adestrado e preparado para o fim que se destina. Nem mesmo pode-se deixar que elementos mal intencionados criem situações de instabilidades no território brasileiro.

É sabido que a missão, a doutrina e o preparo dos OSP são distintos das FFAA, no entanto, a experiência em se trabalhar com Órgãos de Segurança Pública cria na tropa uma expertise e um adestramento, pelo uso de materiais de emprego militar e a oportunidade de praticar a liderança dos comandantes em todos os níveis. Situações essas que dificilmente os exercícios simulados no interior da caserna dariam aos militares.

Além do mais, desperta uma camaradagem entre as instituições e laços de coesão em todo Estado, despertando em todos um mesmo sentimento de defesa da pátria, soberania de seu território e garantia da Lei e da Ordem.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Sendo assim, pode-se observar que por meio da análise das citações apresentadas na revisão de literatura com as respostas dos militares no questionário proposto pelo autor, que as ideias-chaves alinharam-se em grande parte.

Isso pode-se afirmar que a manutenção do emprego do EB em operações interagência são oportunidades importantes para o aumento da eficiência no tocante ao adestramento do militar com os novos materiais e equipamentos adquiridos.

Além do mais, deixa um legado para Instituição de uma expertise adquirida muitas das vezes com o relacionamento entre as agências, como por exemplo: oportunidade de integração dos sistemas de inteligências, combate ao terrorismo e utilização de sistemas de comunicações e vigilâncias mais sofisticados. Exemplo estes, todos obtidos após o emprego das agências nos Grandes Eventos.

Desta forma, é salutar ratificar que as novas aquisições e o trabalho Interagências em operações traz para o Estado Brasileiro um sentimento de coesão entre as Instituições Permanentes direcionando assim, o país para o tão sonhado lema da Bandeira Nacional: Ordem e Progresso.

E é neste escopo que o artigo científico tem objetivo de despertar a importância de se manter o Exército Brasileiro sempre em constante atividade e preparo em operações onde pode-se extrair diversos ensinamentos. Pois seus *modus operandi*, sua doutrina, equipamentos e materiais deverão estar condizentes com o momento atual.

Além do mais, O EB deve aproveitar as circunstâncias em que é empregado em ações subsidiárias para captar recursos e adquirir materiais de emprego militar mais atualizados possíveis.

A população e os governantes têm que valorizar as Forças Armadas de seu país, pois quando elas estão em constante preparo e emprego, demonstram que estão cumprindo suas atribuições constitucionais.

Por fim, conclui-se a importância em manter e aumentar a participação das Forças Armadas em situações que mantenham suas tropas sempre ativas e atentas as evoluções dos acontecimentos, sejam elas na aquisição de materiais modernos e atuais, sejam elas no tocante a atuação de seus membros, aumentando desta forma, sua legitimidade junto à população brasileira e o respeito das Nações Amigas. Seu objetivo é mostrar mais um ponto de vista da **importância na participação do Exército Brasileiro nas operações interagências.**

REFERÊNCIAS

BRASIL. [Constituição (1988)]. **Constituição** da República Federativa do Brasil: promulgada em 5 de outubro de 1988.

BRASIL. Lei Complementar nº 97, de 9 de junho de 1999. **Dispõe sobre as normas gerais para a organização, o preparo e o emprego das Forças Armadas**

BRASIL. MD 33-M-12, Manual de Operações Interagências do Ministério da Defesa. **Aprovado pela Portaria Normativa nº 299/MD, de 28 de janeiro de 2013**. 2ª edição 2017.

<https://www.defesa.gov.br>. Acesso em 9 e 10 de abril de 2020.

<https://www.eb.mil.br>. Acesso em 9 de abril de 2020.

<https://www.redebrasilatual.com.br/politica/2014/02/forcas-armadas-asseguram-que-so-reprimirao-manifestantes-se-governo-mandar-5836/> Acesso em 20 de abril de 2020.

BRASIL. INSTITUIÇÃO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA (IPEA), **Desafios Contemporâneos para o Exército Brasileiro**, 2019.

BRASIL. COMANDO DE OPERAÇÕES TERRESTRES (COTER), **Participação do Exército na Segurança dos Grandes Eventos “O Legado”, julho de 2007 – setembro de 2016**, 1ª edição 2018.

BRASIL. GONÇALVES, Rodrigo de Lima (Ten Cel), **Instituição de Estado: flexibilidade e análise judiciousa em seu emprego**,

<https://eblog.eb.mil.br/index.php/menu-easyblog/instituicao-de-estado-flexibilidade-e-analise-judiciosa-em-seu-emprego.html?tmpl=component&print=1>, Acesso em 15 de maio de 2020.

BRASIL. FONTES, Swami de Holanda (Cel), Militares: **O peso da espada**, <https://eblog.eb.mil.br/index.php/menu-easyblog/militares-o-peso-da-espada.html?tmpl=component&print=1&format=print>, Acesso em 15 de maio de 2020.